

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	95

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
<b>Total</b>	<b>381.253</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	15/05/2012	Ordinária		0,63338
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	15/05/2012	Preferencial		0,69672

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	4.139.500	4.130.033
1.01	Ativo Circulante	772.429	744.771
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.806	44.469
1.01.02	Aplicações Financeiras	403.950	395.330
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	403.950	395.330
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	403.950	395.330
1.01.03	Contas a Receber	308.028	271.638
1.01.03.01	Clientes	59.936	32.450
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	59.936	32.450
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	248.092	239.188
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	245.788	237.315
1.01.03.02.02	Devedores Diversos	2.304	1.873
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.765	22.602
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.765	22.602
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	22.582	18.447
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.183	4.155
1.01.07	Despesas Antecipadas	27	1.757
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.853	8.975
1.01.08.03	Outros	28.853	8.975
1.01.08.03.01	Outros Créditos	28.853	8.975
1.02	Ativo Não Circulante	3.367.071	3.385.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.052	176.852
1.02.01.06	Tributos Diferidos	107.612	110.199
1.02.01.06.02	Outros Tributos Compensáveis	788	788
1.02.01.06.03	Tributos a Recuperar	106.824	109.411
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	67.440	66.653
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	67.440	66.653
1.02.01.09.04	Outros Créditos	14.386	14.386
1.02.01.09.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.386	-14.386
1.02.02	Investimentos	17.096	16.318
1.02.02.01	Participações Societárias	17.096	16.318
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	17.096	16.318
1.02.03	Imobilizado	3.124.293	3.142.381
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.124.293	3.142.381
1.02.03.01.01	Imobilizado Líquido	3.124.293	3.142.381
1.02.04	Intangível	50.630	49.711
1.02.04.01	Intangíveis	50.630	49.711
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	47.760	48.423
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.870	1.288

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	4.139.500	4.130.033
2.01	Passivo Circulante	381.285	599.786
2.01.02	Fornecedores	56.147	66.996
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.147	66.996
2.01.03	Obrigações Fiscais	149.611	384.551
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	149.611	384.551
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	135.855	373.387
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	13.756	11.164
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.893	25.718
2.01.04.02	Debêntures	50.670	25.498
2.01.04.02.02	Encargos de Dívidas	51.920	26.722
2.01.04.02.03	Custos a Amortizar	-1.250	-1.224
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	223	220
2.01.05	Outras Obrigações	53.745	57.838
2.01.05.02	Outros	53.745	57.838
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	27.672	27.673
2.01.05.02.04	Obrigações Estimadas	10.275	15.710
2.01.05.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.780	1.410
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	13.018	13.045
2.01.06	Provisões	70.889	64.683
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.892	53.584
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	54.892	53.584
2.01.06.02	Outras Provisões	15.997	11.099
2.01.06.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	15.997	11.099
2.02	Passivo Não Circulante	1.557.833	1.576.171
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	898.752	898.455
2.02.01.02	Debêntures	898.539	898.219
2.02.01.02.01	Debêntures	900.000	900.000
2.02.01.02.02	Custos a Amortizar	-1.461	-1.781
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	213	236
2.02.02	Outras Obrigações	600	700
2.02.02.02	Outros	600	700
2.02.02.02.03	Obrigações Estimadas	533	585
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	67	115
2.02.03	Tributos Diferidos	607.940	619.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	607.940	619.438
2.02.04	Provisões	50.541	57.578
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.449	47.122
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	46.449	47.122
2.02.04.02	Outras Provisões	4.092	10.456
2.02.04.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	4.092	10.456
2.03	Patrimônio Líquido	2.200.382	1.954.076
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.639	253.577
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.275	1.213

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	294.565	294.565
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	253.120	253.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	264.037	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.180.914	1.198.707

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	538.704	414.118
3.01.01	Receita Operacional Líquida	538.704	414.118
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-155.891	-117.889
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-20.897	-10.132
3.02.02	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-26.324	-22.798
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-1.389	-1.278
3.02.04	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-18.739	-15.981
3.02.05	Pessoal e Administradores	-17.280	-16.407
3.02.06	Entidade de Previdência Privada	-452	-383
3.02.07	Serviços de Terceiros	-25.385	-11.921
3.02.08	Material	-937	-737
3.02.09	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43	-20
3.02.10	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	-857	751
3.02.11	Depreciação e Amortização	-39.317	-40.622
3.02.12	Outras Receitas e Custos	-4.357	1.639
3.03	Resultado Bruto	382.813	296.229
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	778	1.166
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	778	1.166
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	383.591	297.395
3.06	Resultado Financeiro	-10.403	-11.029
3.06.01	Receitas Financeiras	11.218	17.109
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.621	-28.138
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-22.064	-25.041
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	443	-3.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	373.188	286.366
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-126.944	-93.014
3.08.01	Corrente	-135.855	-102.663
3.08.02	Diferido	8.911	9.649
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.244	193.352
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	246.244	193.352
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,61618	0,48382
3.99.01.02	PN	0,67779	0,53221
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,60236	0,47298
3.99.02.02	PN	0,66260	0,52028

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	246.244	193.352
4.03	Resultado Abrangente do Período	246.244	193.352

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.433	-27.220
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	293.792	240.157
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	246.244	193.352
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	39.317	40.622
6.01.01.03	Variações Monetárias e Cambiais	-396	2.432
6.01.01.04	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	167	0
6.01.01.05	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-8.911	-9.649
6.01.01.06	Provisão para Litígios e Contingências	857	-751
6.01.01.07	Resultado de Equivalência Patrimonial	-778	-1.166
6.01.01.08	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-8.920	-12.953
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-43	20
6.01.01.10	Amortização do Uso do Bem Público	663	663
6.01.01.11	Custos de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	25.530	27.544
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	62	43
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-299.225	-267.377
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-27.486	-13.119
6.01.02.02	Devedores Diversos	-431	-367
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-8.473	-2.607
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-4.816	-9.926
6.01.02.05	Despesas Pagas Antecipadamente	1.730	-5.404
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	1.972	1.188
6.01.02.07	Outros Créditos	-21.844	-17.123
6.01.02.08	Fornecedores	-10.849	-23.238
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-237.532	-206.407
6.01.02.10	Outros Tributos a Pagar	2.592	-8
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.370	1.461
6.01.02.12	Obrigações Estimadas	-5.487	-3.358
6.01.02.13	Pesquisa e Desenvolvimento	-1.890	-5.453
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	12.084	14.320
6.01.02.15	Outras Obrigações	-33	2.948
6.01.02.16	Pagamento de Litígios e Contingências	-132	-284
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.163	43.645
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-22.970	-38.067
6.02.02	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-57	-724
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-463.147	-325.887
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	454.011	408.323
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67	-8
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1	-8
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-66	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.663	16.417
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.469	402
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.806	16.819

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	0	0	0	62
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.244	0	246.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.244	0	246.244
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.793	-17.793	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.959	-26.959	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.166	9.166	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.639	294.565	264.037	1.180.914	2.200.382

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	43	0	0	0	43
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	43	0	0	0	43
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	193.352	0	193.352
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	193.352	0	193.352
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.944	-18.944	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	28.703	-28.703	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.759	9.759	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.493	246.007	212.296	1.255.374	2.174.397

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	568.740	435.957
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	568.697	435.962
7.01.02	Outras Receitas	0	15
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	43	-20
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-80.121	-44.181
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-48.978	-34.128
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.322	-12.658
7.02.04	Outros	-4.821	2.605
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-4.821	2.605
7.03	Valor Adicionado Bruto	488.619	391.776
7.04	Retenções	-39.317	-40.622
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.317	-40.622
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	449.302	351.154
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.996	18.275
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	778	1.166
7.06.02	Receitas Financeiras	11.218	17.109
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	461.298	369.429
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	461.298	369.429
7.08.01	Pessoal	14.402	14.069
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.140	10.251
7.08.01.02	Benefícios	1.141	2.892
7.08.01.03	F.G.T.S.	658	543
7.08.01.04	Outros	463	383
7.08.01.04.01	Previdência Privada	452	383
7.08.01.04.02	Outros	11	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	178.773	133.726
7.08.02.01	Federais	178.638	133.655
7.08.02.02	Estaduais	116	69
7.08.02.03	Municipais	19	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.879	28.282
7.08.03.01	Juros	21.621	28.138
7.08.03.02	Aluguéis	258	144
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.244	193.352
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	246.244	193.352

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	4.140.023	4.130.717
1.01	Ativo Circulante	776.767	748.366
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.874	44.520
1.01.02	Aplicações Financeiras	406.442	397.420
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	406.442	397.420
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	406.442	397.420
1.01.03	Contas a Receber	308.817	272.076
1.01.03.01	Clientes	60.725	32.888
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	60.801	33.053
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-76	-165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	248.092	239.188
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	245.788	237.315
1.01.03.02.02	Devedores Diversos	2.304	1.873
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.847	22.712
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.847	22.712
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	22.617	18.555
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.230	4.157
1.01.07	Despesas Antecipadas	31	1.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.756	9.872
1.01.08.03	Outros	29.756	9.872
1.01.08.03.01	Outros Créditos	29.756	9.872
1.02	Ativo Não Circulante	3.363.256	3.382.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.200	177.032
1.02.01.06	Tributos Diferidos	107.612	110.199
1.02.01.06.02	Outros Tributos Compensáveis	788	788
1.02.01.06.03	Tributos a Recuperar	106.824	109.411
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	67.588	66.833
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	67.588	66.833
1.02.01.09.04	Outros Créditos	14.576	14.576
1.02.01.09.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.576	-14.576
1.02.03	Imobilizado	3.137.401	3.155.579
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.137.401	3.155.579
1.02.03.01.01	Imobilizado Líquido	3.137.401	3.155.579
1.02.04	Intangível	50.655	49.740
1.02.04.01	Intangíveis	50.655	49.740
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	47.760	48.423
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.895	1.317

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	4.140.023	4.130.717
2.01	Passivo Circulante	381.803	600.464
2.01.02	Fornecedores	56.411	67.314
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.411	67.314
2.01.03	Obrigações Fiscais	149.720	384.699
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	149.720	384.699
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	135.920	373.491
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	13.800	11.208
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.893	25.718
2.01.04.02	Debêntures	50.670	25.498
2.01.04.02.01	Encargos de Dívidas	51.920	26.722
2.01.04.02.02	Custos a Amortizar	-1.250	-1.224
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	223	220
2.01.05	Outras Obrigações	53.831	57.915
2.01.05.02	Outros	53.831	57.915
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	27.672	27.673
2.01.05.02.04	Obrigações Estimadas	10.324	15.755
2.01.05.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.782	1.413
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	13.053	13.074
2.01.06	Provisões	70.948	64.818
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.951	53.719
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	54.951	53.719
2.01.06.02	Outras Provisões	15.997	11.099
2.01.06.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	15.997	11.099
2.02	Passivo Não Circulante	1.557.838	1.576.177
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	898.752	898.455
2.02.01.02	Debêntures	898.539	898.219
2.02.01.02.01	Debêntures	900.000	900.000
2.02.01.02.02	Custos a Amortizar	-1.461	-1.781
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	213	236
2.02.02	Outras Obrigações	605	706
2.02.02.02	Outros	605	706
2.02.02.02.03	Obrigações Estimadas	533	585
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	72	121
2.02.03	Tributos Diferidos	607.940	619.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	607.940	619.438
2.02.04	Provisões	50.541	57.578
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.449	47.122
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	46.449	47.122
2.02.04.02	Outras Provisões	4.092	10.456
2.02.04.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	4.092	10.456
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.200.382	1.954.076
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.639	253.577
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.275	1.213

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	294.565	294.565
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	253.120	253.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	264.037	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.180.914	1.198.707

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	540.179	416.392
3.01.01	Receita Operacional Líquida	540.179	416.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-156.490	-118.942
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-20.908	-10.240
3.02.02	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-26.338	-22.811
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-1.391	-1.282
3.02.04	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-18.739	-15.981
3.02.05	Pessoal e Administradores	-17.408	-16.520
3.02.06	Entidade de Previdência Privada	-452	-383
3.02.07	Serviços de Terceiros	-25.846	-12.493
3.02.08	Material	-956	-780
3.02.09	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	132	-20
3.02.10	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	-857	681
3.02.11	Depreciação e Amortização	-39.426	-40.730
3.02.12	Outras Receitas e Custos	-4.301	1.617
3.03	Resultado Bruto	383.689	297.450
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	383.689	297.450
3.06	Resultado Financeiro	-10.436	-10.962
3.06.01	Receitas Financeiras	11.294	17.257
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.730	-28.219
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-22.157	-25.146
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	427	-3.073
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	373.253	286.488
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-127.009	-93.136
3.08.01	Corrente	-135.920	-102.785
3.08.02	Diferido	8.911	9.649
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.244	193.352
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	246.244	193.352
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	246.244	193.352
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,61618	0,48382
3.99.01.02	PN	0,67779	0,53221
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,60236	0,47298
3.99.02.02	PN	0,66260	0,52028

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	246.244	193.352
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	246.244	193.352
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	246.244	193.352

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.023	-26.184
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	294.532	241.316
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	246.244	193.352
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-132	20
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	39.426	40.730
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	663	663
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	-380	2.391
6.01.01.06	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	25.530	27.544
6.01.01.07	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-8.911	-9.649
6.01.01.08	Provisão para Litígios e Contingências	857	-681
6.01.01.09	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	167	0
6.01.01.10	Ações e Opções de Ações Outorgadas	62	43
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-8.994	-13.097
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-299.555	-267.500
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-27.748	-13.246
6.01.02.02	Devedores Diversos	-431	-368
6.01.02.03	Despesas Pagas Antecipadamente	1.735	-5.414
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-4.738	-9.883
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	1.927	1.174
6.01.02.06	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-8.473	-2.607
6.01.02.07	Outros Créditos	-21.844	-17.123
6.01.02.08	Fornecedores	-10.903	-23.313
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-237.571	-206.392
6.01.02.10	Outros Tributos a Pagar	2.592	-19
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.369	1.461
6.01.02.12	Obrigações Estimadas	-5.483	-3.362
6.01.02.13	Pesquisa e Desenvolvimento	-1.890	-5.453
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	12.137	14.382
6.01.02.15	Outras Obrigações	-26	2.947
6.01.02.16	Pagamento de Litígios e Contingências	-208	-284
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.556	42.631
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-22.985	-38.067
6.02.02	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-41	-875
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-464.378	-327.842
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	454.848	409.415
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67	-8
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1	-8
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-66	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.646	16.439
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.520	480
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.874	16.919

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	0	0	0	62	0	62
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62	0	62
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.244	0	246.244	0	246.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.244	0	246.244	0	246.244
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.793	-17.793	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.959	-26.959	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.166	9.166	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.639	294.565	264.037	1.180.914	2.200.382	0	2.200.382

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002	0	1.981.002
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002	0	1.981.002
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	43	0	0	0	43	0	43
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	43	0	0	0	43	0	43
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	193.352	0	193.352	0	193.352
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	193.352	0	193.352	0	193.352
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.944	-18.944	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	28.703	-28.703	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.759	9.759	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.493	246.007	212.296	1.255.374	2.174.397	0	2.174.397

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	570.360	438.317
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	570.228	438.322
7.01.02	Outras Receitas	0	15
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	132	-20
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-80.563	-44.994
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-49.003	-34.249
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.802	-13.273
7.02.04	Outros	-4.758	2.528
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-4.758	2.528
7.03	Valor Adicionado Bruto	489.797	393.323
7.04	Retenções	-39.426	-40.730
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.426	-40.730
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	450.371	352.593
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.294	17.257
7.06.02	Receitas Financeiras	11.294	17.257
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	461.665	369.850
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	461.665	369.850
7.08.01	Pessoal	14.511	14.166
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.232	10.333
7.08.01.02	Benefícios	1.152	2.903
7.08.01.03	F.G.T.S.	664	547
7.08.01.04	Outros	463	383
7.08.01.04.01	Previdência Privada	452	383
7.08.01.04.02	Outros	11	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	178.920	133.963
7.08.02.01	Federais	178.780	133.883
7.08.02.02	Estaduais	121	78
7.08.02.03	Municipais	19	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.990	28.369
7.08.03.01	Juros	21.730	28.219
7.08.03.02	Aluguéis	260	150
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.244	193.352
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	246.244	193.352

## Comentário do Desempenho

### Comentário do desempenho da AES Tietê e controladas

*Em milhares de reais*

	1T12	1T11	VARIAÇÃO (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	540.179	416.392	29,7%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(156.490)	(118.942)	31,6%
RESULTADO DO SERVIÇO	383.689	297.450	29,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(10.436)	(10.962)	-4,8%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	373.253	286.488	30,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(127.009)	(93.136)	36,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	246.244	193.352	27,4%

O lucro líquido para o período findo em 31 de março de 2012 apresentou um aumento de R\$ 52.892 ou 27,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 123.787 ou 29,7% da receita operacional líquida, devido ao maior volume vendido de energia através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (2.879 GWh no 1T12 ante 2.526 GWh no 1T11), somado ao reajuste no preço deste contrato ocorrido em julho de 2011 (preço médio praticado de R\$ 173,68/MWh no 1T12 ante R\$ 159,85 no 1T11), além do maior volume de energia vendida no MRE e Spot (1.826 GWh no 1T12 ante 1.011 GWh no 1T11) resultando em um aumento de R\$ 31.418 nesta receita. Em contrapartida, a Companhia incorreu em maiores despesas com Pesquisa e desenvolvimento, Pis e Cofins em R\$ 8.104, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Aumento de R\$ 37.548 ou 31,6% dos custos e despesas operacionais principalmente relacionados:
  - (i) ao maior volume de energia comprada por contratos bilaterais (131 GWh no 1T12 ante 56 GWh no 1T11) e no MRE e Spot (985 GWh no 1T12 ante 218 GWh no 1T11), resultando em um aumento dos custos com energia comprada em R\$ 10.668;
  - (ii) às despesas com materiais e serviços, que tiveram aumento de R\$ 13.529 ou 101,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à realização da manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava (aproximadamente R\$ 9.200), além dos maiores gastos com consultoria para análises de viabilidade de expansão dos negócios da Companhia em R\$ 1.900;
  - (iii) às outras receitas e custos, as quais tiveram um aumento de despesa em R\$ 5.918, principalmente pelo efeito positivo e não recorrente no 1T11, referente ao ganho reconhecido de R\$ 5.418 do repasse das perdas de energia livre, após recálculo efetuado pela ANEEL;

## Comentário do Desempenho

- (iv) às despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram aumento de R\$ 2.758 ou 17,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo aumento de 10% do volume de energia gerado no período, além do reajuste de 6,6% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada em R\$ 72,87/MWh em janeiro de 2012; e
  - (v) às despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, que tiveram aumento de R\$ 3.527 ou 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao reajuste de 15,2% na TUST-rb (Usina de Água Vermelha) e ao reajuste médio de 15,3% na TUSD-g (demais usinas da Companhia), conforme definido pela ANEEL.
- Impacto positivo relacionado ao aumento de R\$ 526 ou 4,8% do resultado financeiro, principalmente ocasionado:
- (i) pelas despesas financeiras, em que a Companhia incorreu em menores custos com empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$ 25.530 no IT12 ante R\$ 27.544 no IT11) devido à redução na taxa CDI, que passou de 2,64% no acumulado do 1T11 para 2,53% no acumulado do 1T12;
  - (ii) pelas variações monetárias e cambiais líquidas, principalmente nos encargos da TUSD-G, os quais a Companhia reconheceu até dezembro de 2011, quando quitou o acordo firmado entre geradoras, ANEEL e distribuidoras; compensados parcialmente
  - (iii) pelas receitas financeiras, em que houve redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$9.748 no IT12 ante R\$14.218 no IT11) devido ao menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$392.693 no 1T12 ante R\$ 497.099 no IT11) e redução da taxa CDI, além do efeito positivo não recorrente ocorrido no 1T11, quando registrou-se receita de R\$ 3.034 referente ao recebimento de crédito com Banco Santos.
- Aumento nas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$ 33.873 ou 36,4% devido ao resultado antes dos tributos atingido (30,3% maior que o mesmo período do ano anterior), ocasionado pelos fatores descritos nos itens anteriores.

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela AES Corporation (AES Corp.), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia é controladora da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas) e da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Garantia física MW (*)
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
São José	2012	2	4	(**)
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>2.658</b>	<b>1.276</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) A garantia física da Usina de São José está em processo de revisão e aprovação pelo Ministério de Minas e Energia.

#### Contrato Bilateral com a Eletropaulo

A partir de 2006, a Companhia está vendendo para a coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física.

O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina a atualização anual do preço de venda da energia pela variação do IGPM. Em outubro de 2003, a Companhia e a Eletropaulo assinaram um aditivo a esse contrato, prorrogando sua data de vencimento para junho de 2028. Esse aditivo foi submetido à

## Notas Explicativas

ANEEL, que através do Despacho nº 1.060/2005, não aprovou os termos do mencionado aditivo.

Em 2005, a Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração e recurso administrativo perante a ANEEL, a qual manteve seu entendimento quanto a não aprovação ao aditivo contratual. Uma vez exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a Eletropaulo propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho nº 1.060/2005 e consequente aprovação do aditivo.

Em 5 de agosto de 2010, a Eletropaulo, após exame por seus advogados internos e externos, comunicou sua desistência da ação judicial e com isso o contrato de venda de energia firmado entre as companhias se encerrará em 31 de dezembro de 2015.

Diante do comunicado da Eletropaulo, em 6 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela não propositura de ação judicial autônoma contra a ANEEL, uma vez que as chances de obtenção de uma medida liminar, ou mesmo de uma decisão definitiva antes de 2015, seriam remotas.

Sendo assim, a Companhia vem implementando, durante e após a vigência do contrato bilateral com a Eletropaulo, sua estratégia comercial, de modo a capturar as melhores oportunidades de negócio para a comercialização de sua energia. A regulamentação vigente permite à Companhia alocar sua energia no Mercado Regulado, através de leilões de energia existente, ou no Mercado Livre, através de contratos bilaterais livremente negociados com clientes livres ou comercializadoras de energia ao longo dos próximos anos.

### Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos

## Notas Explicativas

hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Tietê foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Tietê, motivo pelo qual a Tietê está adotando, conservadoramente, o prazo de 26 de abril de 2012 para o cumprimento da apresentação do seu plano para atendimento da obrigação de Expansão da Capacidade.

Nesse sentido, em razão do período em que a liminar esteve suspensa, a Companhia apresentou pedido de esclarecimentos à 2ª Instância com a intenção de esclarecer qual a data efetiva de início do prazo de 60 dias para a apresentação do plano.

Ainda, visando cumprir com a Obrigação de Expansão e uma vez mantida a determinação judicial da liminar para que seja apresentado o plano, a Companhia apresentará o Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW<sup>(\*)</sup>.

Na hipótese de descumprimento do prazo para apresentação do plano, a multa prevista é de R\$ 30 por dia de atraso, passando a R\$ 60 por dia, caso o atraso ultrapasse 30 dias.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada

## Notas Explicativas

pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário.

Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é tida como possível. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração ou desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

### Novos Projetos

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeétrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente de 550 MW<sup>(\*)</sup>.

O empreendimento, localizado no Município de Canas no Estado de SP, teve sua Licença Prévia (LP) emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. A Companhia segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás e assinatura do Contrato de Venda de Energia.

Adicionalmente, contribuirão, também, para o cumprimento de tal obrigação, os projetos de 7 MW<sup>(\*)</sup> de geração hidrelétrica nas PCHs de São Joaquim e São José. No dia 20 de julho de 2011, entrou em operação a PCH São Joaquim, com 3 MW<sup>(\*)</sup> de capacidade instalada. A construção da PCH São José já foi concluída e a liberação para operação comercial ocorreu em 17 de março de 2012.

Faz parte também dos esforços de cumprimento dessa obrigação 10 MW<sup>(\*)</sup> de co-geração de biomassa contratados por quinze anos que teve seu início de suprimento em 2010.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

## **2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis**

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR em 24 de abril de 2012.

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As Informações Trimestrais - ITR (“informações contábeis” ou “informações contábeis intermediárias”) da Companhia, para o trimestre findo em 31 de março de 2012, compreendem:

## Notas Explicativas

- a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2012. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo para as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros, não foram revisados pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### 2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### 2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira, reconhecidos pelo seu valor justo, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

### 2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas:

Descrição	Atividade	Participação	
		31.03.2012	31.12.2011
<b>Controladas diretas:</b>			
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	100%	100%
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	100%	100%

Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social das controladas, incluídas na consolidação, coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

## Notas Explicativas

Considerando a irrelevância da participação de não-controladores, não foram apresentadas as informações relativas às participações dos acionistas não controladores.

### 3. Sumário das práticas contábeis

#### 3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- *Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado* – são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.
- *Ativos financeiros mantidos até o vencimento* – são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o seu vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

## Notas Explicativas

- *Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis* – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- *Ativos financeiros disponíveis para venda* – são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

### 3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de março de 2012, não houve nenhuma alteração no valor justo reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações financeiras são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou inferior a três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

### 3.1.2 Revendedores e outras contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de revendedores e outras contas a receber como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

## Notas Explicativas

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

#### **3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são analisados a cada data de balanço para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

#### **3.1.4 Baixa de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

### **3.2 Investimentos**

Nas informações contábeis individuais da Companhia, os investimentos em controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme *CPC 18 – Investimento em controlada e coligada*.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo adicionado ou deduzido de sua participação sobre as mudanças ocorridas no patrimônio líquido após a aquisição da participação societária na coligada ou controlada.

A participação societária no lucro ou prejuízo da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando a parcela do lucro líquido atribuível à controladora.

## Notas Explicativas

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda sobre o valor recuperável do investimento nas controladas. A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram redução em seu valor recuperável.

Se houver alguma evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil do investimento na controlada, sendo o valor dessa perda reconhecido na demonstração do resultado da controladora.

### 3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de março de 2012.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo

## Notas Explicativas

imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 estão apresentados na nota nº 22.

### Critérios para a determinação do Custo Atribuído (“Deemed Cost”)

Com base na isenção estabelecida pelo *CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade* e nas diretrizes estabelecidas na *ICPC 10 - Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento*, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos e revisão das vidas úteis, na data-base 31 de dezembro de 2008. A avaliação patrimonial compreendeu a inspeção física e a mensuração dos ativos, de acordo com normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, define os métodos para determinação dos valores e visa os graus de fundamentação e precisão das avaliações, entre outras prescrições.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando o conceito de valor justo dos ativos, incorporando também premissas de avaliação estabelecidas pelo Órgão Regulador, ANEEL, visto que os ativos são vinculados à concessão de geração de energia e, conforme estabelecido no contrato de concessão, são reversíveis à União, mediante indenização.

Com exceção de terrenos, o valor justo foi determinado considerando-se idade, grau de conservação e vida útil remanescente dos ativos. A depreciação prospectiva foi calculada aplicando-se as taxas de depreciação regulatórias sobre a parcela a ser depreciada, conforme o laudo de avaliação.

Conforme estabelecido no item 15 do ICPC 10, o laudo de avaliação foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2011, efetivando dessa forma a avaliação dos ativos, mediante o registro contábil nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2009.

### **3.4 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seria requerida a realização de teste de recuperabilidade.

## Notas Explicativas

O ativo intangível da Companhia compreende o direito da Companhia operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos.

A amortização do uso do bem público (UBP) é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de “Outras receitas e custos”, consistente com a utilização do ativo intangível.

O direito de concessão tem vida útil definida pelo prazo de 30 anos, o qual representa o período de vigência do contrato de concessão.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### **3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor justo menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e suas controladas considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo

## Notas Explicativas

e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que poderiam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmado em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firmado, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 3.6 Provisões

A Companhia registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas à qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### 3.6.1 Provisões para litígios e contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que haja desembolsos para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor do desembolso de recursos. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

### 3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em

## Notas Explicativas

condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados.

A Companhia, em 31 de março de 2012, não tem nenhum passivo financeiro classificado na categoria “valor justo por meio do resultado”.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, a qual é registrada da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária incorrida, de acordo com os índices determinados em cada contrato, até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa efetiva de juros. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD. O saldo é corrigido pela variação da taxa SELIC até a data do balanço, os quais são registrados em despesas financeiras.

### Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### 3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.9 Tributação

#### 3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% (regime cumulativo) e 7,6% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Informações Contábeis.

#### 3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

## Notas Explicativas

### 3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas informações contábeis com base nas disposições da Instrução CVM nº 371 e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável haver lucro tributável futuro disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e para que os créditos sobre prejuízos tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em bases anuais, quanto a sua recuperabilidade, sendo registrada provisão para perdas na extensão em que não for provável haver lucros tributáveis futuros para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos venha a ser utilizado.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº 371, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reverte a provisão para perda registrada em períodos anteriores proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente a Companhia e sujeitos a mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

### 3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### 3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não seja esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### 3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das informações contábeis, a Companhia e suas controladas não possuíam saldos significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

## Notas Explicativas

### 3.13 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido anual ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social e registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto na legislação societária.

### 3.14 Pagamentos baseados em ações

A controladora indireta, AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições pre-estabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia aportar os recursos necessários

## Notas Explicativas

para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. adquiridos pelos funcionários da Companhia e de suas controladas. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para os colaboradores ou no exercício das opções pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

### 3.15 Reconhecimento da receita

A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida está demonstrada na nota explicativa nº 20.

#### 3.15.1 Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

#### 3.15.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### 3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado apurado, conforme o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - *Lucro por ação*.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de períodos anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula

## Notas Explicativas

de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

Quando um instrumento tem o potencial de reduzir o lucro básico por ação, ele é considerado um “título participante”. O “título participante” deverá ser utilizado para computar o lucro por ação diluído.

### **3.17 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL. As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado na rubrica “Provisão para pesquisa e desenvolvimento”, no passivo circulante e não circulante, o valor da receita destinada a ser utilizada, de acordo com o período previsto para a realização dos investimentos.

### **3.18 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiário – nota explicativa nº 15.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com bases em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício

## Notas Explicativas

definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano.

Quando o valor acumulado líquido dos ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% do maior entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método do corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passa a ser reconhecidos como receita ou despesa, ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

### 3.19 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

### 3.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

Na elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são

## Notas Explicativas

revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, à medida que novas informações estejam disponíveis.

### Estimativas e premissas

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração de suas informações contábeis são discutidas a seguir.

#### **3.20.1 Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

A ANEEL, em 07 de fevereiro de 2012, aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (esta última vigente em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação no 1º trimestre de 2012 em aproximadamente R\$ 60 na controladora e R\$ 75 no consolidado.

#### **3.20.2 Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.5, o cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

#### **3.20.3 Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários devido a sua complexidade, bem como a estimativa do valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, de acordo com as diretrizes do CPC 25, para possíveis conseqüências de auditorias realizadas pelas autoridades fiscais das respectivas

## Notas Explicativas

jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como: experiência de auditorias fiscais anteriores e divergência nas interpretações dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas divergências na interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na respectiva jurisdição da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### 3.20.4 Benefícios de aposentadoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.18, a Companhia patrocina planos de aposentadoria com benefício definido e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego. A avaliação atuarial desses benefícios pós-emprego envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas, pelo menos anualmente, no encerramento do exercício.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de debêntures não conversíveis emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

A taxa esperada de retorno dos ativos do plano é determinada com base em um estudo conduzido por empresa de consultoria financeira, que analisa o casamento de longo prazo entre os ativos e as obrigações do plano, dado o cenário econômico.

### 3.20.5 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

## Notas Explicativas

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 24.

### 3.20.6 Provisão para litígios

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6.1, a Companhia reconhece provisão para litígios quando é provável que haja um desembolso de recursos.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para litígios e contingências são revisadas trimestralmente.

### 3.20.7 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações com funcionários liquidadas em ações com base no valor justo desses instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

### 3.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, emitido pelo CPC.

### 3.22 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	347	391	415	442
Operações compromissadas (I)	-	15.164	-	15.164
CDB-DI (I)	6.459	28.914	6.459	28.914
	<b>6.806</b>	<b>44.469</b>	<b>6.874</b>	<b>44.520</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
Operações compromissadas (I)	117.928	135.095	120.265	136.754
Certificado de depósitos bancários - CDB (I)	163.436	136.640	163.591	137.071
Fundos de investimentos (II)	122.586	123.595	122.586	123.595
	<b>403.950</b>	<b>395.330</b>	<b>406.442</b>	<b>397.420</b>
	<b>410.756</b>	<b>439.799</b>	<b>413.316</b>	<b>441.940</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2012 está representado, principalmente, por operações de CDB e Operações Compromissadas<sup>(\*)</sup> com liquidez diária e com rentabilidade média no trimestre de 102,79% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas nesse exercício em média a 102,49% do CDI.
- (II) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 31 de março de 2012, os ativos desse plano eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.
- (\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

## Notas Explicativas

### 5. Consumidores e revendedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Contratos bilaterais	5.794	6.649	6.546	7.251
MRE e Spot	41.067	12.430	41.180	12.431
Energia livre (*)	13.075	13.371	13.075	13.371
<b>Total</b>	<b>59.936</b>	<b>32.450</b>	<b>60.801</b>	<b>33.053</b>

(\*) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou novos saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517 (Agosto/2010), 1.068 (Março/2011) e 1.469 (Abril/2011). A Companhia recebeu no 1º trimestre de 2012 o montante de R\$ 296.

Em 31 de março de 2012 o contas a pagar apresenta um saldo de R\$ 948 e o contas a receber de R\$ 13.075.

As transações de energia no mercado de curto prazo e de energia livre são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo (MRE e Spot) normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. A energia livre tem sua liquidação determinada conforme Resoluções da ANEEL.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela ANEEL.

## Notas Explicativas

### 6. Tributos e contribuições sociais diferidos

#### 6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos:

	Balço Patrimonial		Resultado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>				
Provisão para participação nos lucros e resultados	656	2.314	(1.658)	(1.252)
Provisão para contingências fiscais	1.503	1.479	24	(811)
Provisão para contingências trabalhistas	1.921	1.723	198	(304)
Provisão para contingências cíveis	8.681	8.651	30	522
Provisão para fornecedores, materiais e serviços	4.484	3.441	1.043	261
Provisões de meio ambiente	1.469	1.444	25	2
Pagamento baseado em ações - CPC 10	369	369	-	-
Ativo imobilizado - custo atribuído - CPC 27	(608.350)	(617.516)	9.166	9.759
Ativo intangível - uso do bem público	(16.238)	(16.464)	226	225
Outras	(2.435)	(4.879)	2.444	3.959
<b>Subtotal</b>	<b>(607.940)</b>	<b>(619.438)</b>	<b>11.498</b>	<b>12.361</b>
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(2.587)	(2.712)
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>8.911</b>	<b>9.649</b>
Tributos diferidos ativos	28.288	25.352		
Tributos diferidos passivos	(636.228)	(644.790)		
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(607.940)</b>	<b>(619.438)</b>		
<b>Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido</b>				
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>		
Saldo de abertura	(619.438)	(655.345)		
Efeito dos tributos diferidos no resultado do período	11.498	35.907		
<b>Saldo final</b>	<b>(607.940)</b>	<b>(619.438)</b>		

#### 6.2 Estimativa de recuperação de créditos

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2011 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia. A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente com base no estudo submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

## Notas Explicativas

O regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social das controladas é o do lucro presumido, portanto não gerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, que são a base para o registro de impostos diferidos ativos ou passivos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado			
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2012	10.893	7.751	18.644
2013	1.949	9.917	11.866
2014	559	9.276	9.835
2015	2.634	8.635	11.269
2016	8.531	7.990	16.521
2017 a 2019	1.763	20.647	22.410
2020 a 2022	1.959	16.365	18.324
2023 a 2025	-	12.967	12.967
2026 a 2028	-	10.270	10.270
2029	-	3.006	3.006
<b>Total</b>	<b>28.288</b>	<b>106.824</b>	<b>135.112</b>

(\*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 9.

### 6.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	31.03.2012		31.03.2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(99.889)	(36.031)	(75.548)	(27.237)
Diferido	6.533	2.378	7.076	2.573
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(93.356)</b>	<b>(33.653)</b>	<b>(68.472)</b>	<b>(24.664)</b>
Demonstração do cálculo dos tributos:				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>373.253</b>	<b>373.253</b>	<b>286.488</b>	<b>286.488</b>
Adições (exclusões):				
Depreciação (mudança de vida útil)	-	-	(14.943)	(14.943)
Doações	384	384	339	339
Outros	204	282	2.003	2.155
<b>Subtotal</b>	<b>588</b>	<b>666</b>	<b>(12.601)</b>	<b>(12.449)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>373.841</b>	<b>373.919</b>	<b>273.887</b>	<b>274.039</b>
Alíquota	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(93.460)</b>	<b>(33.653)</b>	<b>(68.472)</b>	<b>(24.664)</b>
Incentivos Fiscais	98	-	-	-
Outros	6	-	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(93.356)</b>	<b>(33.653)</b>	<b>(68.472)</b>	<b>(24.664)</b>
Alíquota efetiva	25,0%	9,0%	23,9%	8,6%

## Notas Explicativas

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a qual ainda não tem previsão.

### 7. Tributos e contribuições sociais

#### 7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<b><u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u></b>				
Imposto de renda a compensar	10.372	2.905	10.372	2.905
Contribuição social a compensar	4.561	104	4.561	104
Imposto de renda retido na fonte	7.649	15.438	7.684	15.546
<b>Total</b>	<b>22.582</b>	<b>18.447</b>	<b>22.617</b>	<b>18.555</b>
<b><u>Outros tributos a compensar</u></b>				
PIS a compensar	237	2.194	237	2.194
Cofins a compensar	1.095	1.095	1.095	1.095
Outros tributos a compensar	851	866	898	868
<b>Total</b>	<b>2.183</b>	<b>4.155</b>	<b>2.230</b>	<b>4.157</b>
<b>Total circulante</b>	<b>24.765</b>	<b>22.602</b>	<b>24.847</b>	<b>22.712</b>
<b><u>Outros tributos a compensar</u></b>				
ICMS a compensar	788	788	788	788
<b>Total não circulante</b>	<b>788</b>	<b>788</b>	<b>788</b>	<b>788</b>

## Notas Explicativas

### 7.2 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<b><u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u></b>				
Imposto de renda a recolher	99.847	279.539	99.889	279.609
Contribuição social a recolher	36.008	93.848	36.031	93.882
<b>Total</b>	<b>135.855</b>	<b>373.387</b>	<b>135.920</b>	<b>373.491</b>
<b><u>Outros tributos a pagar</u></b>				
PIS a recolher	1.746	1.219	1.751	1.223
Cofins a recolher	8.056	5.626	8.076	5.642
Outros tributos a recolher	3.954	4.319	3.973	4.343
<b>Total</b>	<b>13.756</b>	<b>11.164</b>	<b>13.800</b>	<b>11.208</b>
<b>Total circulante</b>	<b>149.611</b>	<b>384.551</b>	<b>149.720</b>	<b>384.699</b>

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por base em estimativa mensal com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de impostos de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

Em janeiro de 2012, a Companhia efetuou pagamento de R\$363.475 referentes a imposto de renda e contribuição social do exercício de 2011, sendo o saldo remanescente de R\$ 9.912 compensado com créditos de imposto de renda retidos na fonte do mesmo ano calendário.

## Notas Explicativas

### 8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<b>Circulante</b>				
Cauções e depósitos vinculados	588	2.554	1.491	3.451
Alienação de bens e direitos	5.981	5.981	5.981	5.981
Adiantamento de juros sobre debêntures	20.923	-	20.923	-
Outros	1.361	440	1.361	440
<b>Total</b>	<b>28.853</b>	<b>8.975</b>	<b>29.756</b>	<b>9.872</b>
<b>Não Circulante</b>				
Banco Santos	14.386	14.386	14.386	14.386
Outros	-	-	190	190
<b>Total</b>	<b>14.386</b>	<b>14.386</b>	<b>14.576</b>	<b>14.576</b>

O saldo referente ao Banco Santos está 100% provisionado.

Em 31 de março de 2012, a Companhia ofereceu como garantia parte de seus investimentos no montante de R\$588. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

### 9. Tributos a recuperar (não-circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	31.03.2012		31.12.2011	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<b>AES Gás Ltda.</b>				
Saldo oriundo da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(520.335)	347.882	(172.453)	(170.170)
<b>Subtotal</b>	<b>287.968</b>	<b>(193.681)</b>	<b>94.287</b>	<b>96.570</b>
<b>AES Tietê Participações S.A.</b>				
Ágio gerado pela TP na aquisição da participação da Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(45.548)	30.062	(15.486)	(15.182)
<b>Subtotal</b>	<b>36.872</b>	<b>(24.335)</b>	<b>12.537</b>	<b>12.841</b>
<b>Saldos em cada data-base (*)</b>	<b>324.840</b>	<b>(218.016)</b>	<b>106.824</b>	<b>109.411</b>

(\*) A estimativa de realização está demonstrada na nota explicativa nº 6.2.

## Notas Explicativas

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar.

	<b>Controladora</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>109.411</b>
Amortização de ágio	(7.866)
Reversão	5.279
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>106.824</b>

## 10. Investimentos

	<b>Controladora</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Investimento em controladas:		
AES Minas PCH Ltda.	13.178	12.321
AES Rio PCH Ltda.	1.591	1.670
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
<b>Total</b>	<b>17.096</b>	<b>16.318</b>

Os investimentos em controladas são representados pela participação na AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha (três pequenas centrais hidrelétricas localizadas no Estado do Rio de Janeiro: Posse, Monte Alegre e São Sebastião).

### AES Minas

	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Quantidade de quotas do capital social	8.573.000	8.573.000
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	8.573	8.573
Valor do patrimônio líquido	13.178	12.321
Resultado do período	857	3.748
Dividendos declarados	-	(5.629)

A Resolução ANEEL 409/2010 estabelece que deve ser efetuado, em agosto de cada ano, o cálculo da geração média de energia elétrica dos empreendimentos hidrelétricos não despachados centralizadamente, como é o caso das PCHs. Caso essa geração média não

## Notas Explicativas

atenda aos limites definidos nessa Resolução, a Agência notificará o agente responsável da usina sobre a possibilidade de exclusão do MRE.

Após a notificação, o empreendimento será efetivamente excluído do MRE se, na próxima aferição, a sua geração média de energia elétrica não atender aos limites estabelecidos. O empreendimento excluído poderá voltar ao MRE quando voltar a atender os limites.

A ANEEL emitiu o Despacho nº 3.584/11 determinando a exclusão das usinas Paes Leme, Congonhal I, Congonhal II e Ribeirão do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, a partir de 1º de janeiro de 2012. Essas usinas representam 76% da garantia física total da Minas PCH. Com base nas informações disponíveis em 31 de março de 2012, a Administração da Companhia entende que não há necessidade de se registrar provisão para redução ao provável valor de realização desse investimento.

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os Agentes de Geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional

### AES Rio

	31.03.2012	31.12.2011
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.591	1.670
Resultado do período	(79)	(598)

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio PCH Ltda. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW (\*).

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto através de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Conseqüentemente, foi constituída uma provisão para a redução ao provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil das terras aonde seriam construídas as PCHs, os quais estão registrados ao seu provável valor de realização.

Em reunião realizada em 11 de março de 2010, o Conselho de Administração da AES Tietê aprovou a descontinuidade dos investimentos associados às PCHs de Piabanha.

A PCH de Posse teve sua autorização revogada em 25 de agosto de 2011, a PCH São Sebastião em 05 de julho de 2011 e a PCH Monte Alegre em 25 de outubro de 2011.

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 11. Imobilizado e intangível

#### 11.1 Imobilizado

11.1.1 A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora e Consolidado				
31.03.2012				31.12.2011
Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
<b>Controladora:</b>				
Terrenos	-	407.783	407.783	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	3.031.258	(1.407.625)	1.623.633
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,5%	519.991	(327.752)	192.239
Máquinas e equipamentos	4,1%	1.175.468	(400.161)	775.307
Veículos	13,8%	4.842	(3.902)	940
Linhas e redes - Equip. de Informática	22,2%	594	(230)	364
Móveis e utensílios e outros	10,1%	19.743	(11.382)	8.361
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>5.159.679</b>	<b>(2.151.052)</b>	<b>3.008.627</b>
Imobilizado em curso (I)		118.348	-	118.348
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
<b>Total Imobilizado – Controladora</b>		<b>5.275.345</b>	<b>(2.151.052)</b>	<b>3.124.293</b>
<b>AES Minas PCH Ltda.:</b>				
Imobilizado em serviço	4,2%	11.032	(2.071)	8.961
Imobilizado em curso		1.147	-	1.147
<b>Total Imobilizado – Minas</b>		<b>12.179</b>	<b>(2.071)</b>	<b>10.108</b>
<b>AES Rio PCH Ltda.:</b>				
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	-	3.000
<b>Total Imobilizado – Rio</b>		<b>3.000</b>	<b>-</b>	<b>3.000</b>
<b>Total Consolidado</b>		<b>5.290.524</b>	<b>(2.153.123)</b>	<b>3.137.401</b>
<b>Resumo Consolidado:</b>				
Imobilizado em serviço		5.170.711	(2.153.123)	3.017.588
Imobilizado em curso (I)		122.495	-	122.495
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
<b>Total imobilizado</b>		<b>5.290.524</b>	<b>(2.153.123)</b>	<b>3.137.401</b>

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com desenvolvimento de novos projetos de expansão da capacidade de geração e por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(\*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

## Notas Explicativas

A seguir está apresentada a situação dos principais projetos da Companhia e de suas controladas:

- Termo São Paulo: conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia estuda a viabilidade de implantação de uma termoelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW<sup>(\*\*)</sup> no Município de Canas, no Estado de SP.
- Projeto Noroeste de Minas: o projeto consiste na construção de três PCHs por meio da subsidiária Minas PCH. A capacidade instalada total do projeto é de 50MW<sup>(\*\*)</sup>. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento ambiental. A Administração está avaliando a viabilidade do projeto.

<sup>(\*\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

## 11.1.2 Movimentação do Ativo Imobilizado

A movimentação do imobilizado em serviço e da depreciação e amortização no período findo em 31 de março de 2012 é como segue:

Custo	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Linhas e redes, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controladas	Total consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	407.783	3.010.365	508.934	1.095.335	4.697	21.373	210.898	(2.682)	5.256.703	15.164	5.271.867
Adições	-	-	-	(1.037)	-	(1.406)	22.978	-	(2.644)	15	22.993
Baixas	-	(21)	(180)	81.170	-	370	(115.528)	-	(1.692)	-	(2.644)
Transferências	-	20.914	11.237	1.175.468	145	-	118.348	(2.682)	-	-	(1.692)
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>407.783</b>	<b>3.031.258</b>	<b>519.991</b>	<b>1.175.468</b>	<b>4.842</b>	<b>20.357</b>	<b>118.348</b>	<b>(2.682)</b>	<b>5.275.345</b>	<b>15.179</b>	<b>5.290.524</b>
<b>Depreciação e amortização</b>											
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(1.383.381)	(325.182)	(389.544)	(3.799)	(12.416)	-	-	(2.114.322)	(1.966)	(2.116.288)
Adições	-	(24.265)	(2.718)	(1.629)	(103)	(492)	-	-	(39.207)	(105)	(39.312)
Baixas	-	21	148	1.012	-	1.296	-	-	2.477	-	2.477
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>-</b>	<b>(1.407.625)</b>	<b>(327.752)</b>	<b>(400.161)</b>	<b>(3.902)</b>	<b>(11.612)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.151.052)</b>	<b>(2.071)</b>	<b>(2.153.123)</b>

## Notas Explicativas

### 11.1.3 Reprocessamento do saldo dos ativos

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 *Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40*, decidiu atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 3.3). A Administração da Companhia contratou empresa especializada para elaborar a avaliação do seu ativo imobilizado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

### 11.1.4 Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data-base de 31 de março de 2012 equivalente a R\$3.123.929 (R\$3.141.989 em 31 de dezembro de 2011). O prazo da concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1 é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 20 de dezembro de 1999.

### 11.1.5 Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 (“Contrato”), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

### 11.1.6 Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

## Notas Explicativas

### 11.1.7 Obrigações de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia e sua controladora tinham a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007, o que não foi possível devido a alterações significativas nas premissas originais.

### 11.1.8 Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica será comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observada as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da Companhia está negociada através de contrato bilateral com sua coligada Eletropaulo.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais e a legislação vigente aplicáveis à Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão os bens e instalações vinculados à produção independente de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos

## Notas Explicativas

investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria da ANEEL.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

### 11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<b><u>Intangível:</u></b>				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(25.414)	(24.751)	(25.414)	(24.751)
<b>Total do ativo intangível - uso do bem público</b>	<b>47.760</b>	<b>48.423</b>	<b>47.760</b>	<b>48.423</b>
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	6.819	5.327	6.888	5.396
Amortização	(3.949)	(4.039)	(3.993)	(4.079)
<b>Total dos outros intangíveis</b>	<b>2.870</b>	<b>1.288</b>	<b>2.895</b>	<b>1.317</b>
<b>Total intangível</b>	<b>50.630</b>	<b>49.711</b>	<b>50.655</b>	<b>49.740</b>

A movimentação do Intangível é como segue:

	Controladora			Controladas	Consolidado
	Uso do Bem Público	Outros	Total	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2011	48.423	1.288	49.711	29	49.740
Amortização	(663)	(110)	(773)	(4)	(777)
Adição	-	1.692	1.692	-	1.692
Saldo em 31 de março 2012	47.760	2.870	50.630	25	50.655

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

## Notas Explicativas

### 12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<u>Circulante:</u>				
Energia de curto prazo e energia livre	10.275	7.146	10.285	7.169
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	8.445	8.014	8.450	8.019
Encargos de uso das demais instalações de transmissão - TUSDG	3.393	3.334	3.393	3.334
Materiais e serviços	34.034	48.502	34.283	48.792
<b>Total</b>	<b>56.147</b>	<b>66.996</b>	<b>56.411</b>	<b>67.314</b>

### 13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis está composto da seguinte forma:

#### 13.1 Composição:

	Controladora	
	31.03.2012	31.12.2011
<b><u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u></b>		
Moeda nacional	51.920	26.722
<b>Total</b>	<b>51.920</b>	<b>26.722</b>
<b><u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u></b>		
Moeda nacional	223	220
Custos a amortizar	(1.250)	(1.224)
<b>Total</b>	<b>(1.027)</b>	<b>(1.004)</b>
<b><u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Moeda nacional	900.213	900.236
Custos a amortizar	(1.461)	(1.781)
<b>Total</b>	<b>898.752</b>	<b>898.455</b>
<b>Total geral</b>	<b>949.645</b>	<b>924.173</b>

## Notas Explicativas

### 13.2 Moeda nacional:

		31.03.2012					
Vencimento	Taxa Efetiva (% a.a.)	Dívida			Custo de transação a Amortizar		
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37% a.a.	51.920	-	900.000	(1.250)	(1.461)
Arrendamento mercantil (b)		11,80% a 13,90%	-	223	213	-	-
<b>Total</b>			<b>51.920</b>	<b>223</b>	<b>900.213</b>	<b>(1.250)</b>	<b>(1.461)</b>

		31.12.2011					
Vencimento	Taxa Efetiva (% a.a.)	Dívida			Custo de transação a Amortizar		
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37% a.a.	26.722	-	900.000	(1.224)	(1.781)
Arrendamento mercantil (b)		12,14% a 13,90%	-	220	236	-	-
<b>Total</b>			<b>26.722</b>	<b>220</b>	<b>900.236</b>	<b>(1.224)</b>	<b>(1.781)</b>

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

- (a) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie subordinada.

Foram emitidas 90.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 10, totalizando uma emissão de R\$ 900.000 com prazo de vencimento em 60 meses, contados a partir de 01 de abril de 2010 (data de emissão). O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 3º ano. A remuneração é equivalente a taxa efetiva DI + 1,37% a.a. (taxa contratual de DI + 1,20% a.a.) e é paga semestralmente.

Os custos de transação destas debêntures não conversíveis foram de R\$ 4.797. Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$ 906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo de dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

As debêntures não conversíveis têm cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas até 31 de março de 2012. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA da Companhia.

As debêntures não conversíveis emitidas são subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo a legislação vigente.

## Notas Explicativas

- (b) Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de março de 2012, registrados pela Companhia era de R\$ 436 no passivo, e R\$ 364 no ativo. Esse arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$ 223 até um ano e R\$ 213 até quatro anos, não havendo pagamento acima de 4 anos.

### 13.3 Distribuição por data de vencimento

Em 31 de março de 2012, as parcelas não circulantes relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado		
	Principal	Custo a amortizar	Total
2013	300.191	(691)	299.500
2014	300.022	(609)	299.413
2015	300.000	(161)	299.839
	<b>900.213</b>	<b>(1.461)</b>	<b>898.752</b>

### 13.4 Movimentação da dívida

A movimentação da dívida é como segue:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Amortização /	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2011			pagamentos	31.03.2012
Arrendamento Mercantil	456	8	38	(66)	436
<b>Total</b>	<b>456</b>	<b>8</b>	<b>38</b>	<b>(66)</b>	<b>436</b>
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	900.000	-	-	-	900.000
Debêntures - 1ª Emissão - Encargos	26.722	25.198	-	-	51.920
Debêntures - 1ª Emissão - Custo a amortizar	(3.005)	-	-	294	(2.711)
<b>Total</b>	<b>923.717</b>	<b>25.198</b>	<b>-</b>	<b>294</b>	<b>949.209</b>
	<b>924.173</b>	<b>25.206</b>	<b>38</b>	<b>228</b>	<b>949.645</b>

## Notas Explicativas

### 14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Férias	5.095	5.287	5.127	5.319
13º Salário	695	-	700	-
Encargos sociais sobre férias e 13º Salário	2.027	1.789	2.040	1.802
Participação nos lucros	1.929	6.806	1.929	6.806
Bônus	529	1.828	528	1.828
<b>Total Circulante</b>	<b>10.275</b>	<b>15.710</b>	<b>10.324</b>	<b>15.755</b>
Assistência saúde pós-emprego	453	442	453	442
Bônus	80	143	80	143
<b>Total Não Circulante</b>	<b>533</b>	<b>585</b>	<b>533</b>	<b>585</b>

O passivo não circulante de R\$ 453 em 31 de março de 2012 é o passivo atuarial referente à Lei 9656/98, artigos nº 30 e nº 31, benefício a empregado que abrange assistência médica pós emprego, oferecido à funcionários desligados ou aposentados.

A avaliação atuarial foi realizada na data-base em 31 de dezembro de 2011 e efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais. Mensalmente, são apurados no resultado do período, os valores referentes ao custo do serviço e juros do passivo atuarial.

### 15. Obrigação com entidade de previdência privada

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.18, a Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da

## Notas Explicativas

suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/09.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes no encerramento do exercício social, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2011.

De acordo com a última avaliação atuarial, há um saldo líquido de ativo atuarial em 31 de dezembro de 2011. De acordo com Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou a CPC 33 Benefícios a empregados, em seu item 59, um ativo atuarial somente deve ser registrado quando for claramente evidenciado que a patrocinadora controla aquele ativo e poderá utilizá-lo para reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou obter reembolso no futuro. Desta forma, não existem ativos e passivos atuariais reconhecidos em 31 de março de 2012.

### 16. Provisão para pesquisas e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
<b><u>Circulante:</u></b>		
Pesquisa e desenvolvimento	14.053	9.281
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.502	1.446
Ministério das Minas e Energia	442	372
<b>Total - circulante</b>	<b>15.997</b>	<b>11.099</b>
<b><u>Não circulante:</u></b>		
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	4.092	10.456
<b>Total - não circulante</b>	<b>4.092</b>	<b>10.456</b>

A movimentação das provisões no período é como segue:

	Pesquisa e Desenvolvimento	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	Ministério das Minas e Energia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.737	1.446	372	21.555
Adições	2.155	2.155	1.077	5.387
Atualização monetária	424	-	-	424
Baixas	(4.171)	(2.099)	(1.007)	(7.277)
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>18.145</b>	<b>1.502</b>	<b>442</b>	<b>20.089</b>

## Notas Explicativas

### 17. Provisões para litígios e contingências

#### 17.1 Provisões para litígios e contingências com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para litígios estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Provisões para litígios e contingências		Cauções e depósitos vinculados (*)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	5.650	5.069	1.368	1.292
Pis/Cofins (b)	53.286	52.740	64.606	63.926
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	7.993	8.698	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.320	4.248	-	-
Cível Despacho 288 (e)	24.155	24.138	-	-
Cível (e)	1.377	1.306	-	-
Imposto de renda (f)	4.560	4.507	1.466	1.435
<b>Total</b>	<b>101.341</b>	<b>100.706</b>	<b>67.440</b>	<b>66.653</b>
<b>Total circulante</b>	<b>54.892</b>	<b>53.584</b>	-	-
<b>Total não-circulante</b>	<b>46.449</b>	<b>47.122</b>	<b>67.440</b>	<b>66.653</b>

  

	Consolidado			
	Provisões para litígios e contingências		Cauções e depósitos vinculados (*)	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	5.709	5.204	1.516	1.472
Pis/Cofins (b)	53.286	52.740	64.606	63.926
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	7.993	8.698	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.320	4.248	-	-
Cível Despacho 288 (e)	24.155	24.138	-	-
Cível (e)	1.377	1.306	-	-
Imposto de renda (f)	4.560	4.507	1.466	1.435
<b>Total</b>	<b>101.400</b>	<b>100.841</b>	<b>67.588</b>	<b>66.833</b>
<b>Total circulante</b>	<b>54.951</b>	<b>53.719</b>	-	-
<b>Total não-circulante</b>	<b>46.449</b>	<b>47.122</b>	<b>67.588</b>	<b>66.833</b>

(\*) Cauções e depósitos vinculados estão contabilizados no ativo não circulante.

A movimentação do saldo de litígios e contingências é como segue:

	Trabalhista	Repasse Itaipu	Provisão Meio Ambiente	Cível Despacho 288	Cível	Tributárias	Total Controladora	Controladas - Trabalhistas	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.069	8.698	4.248	24.138	1.306	57.247	100.706	135	100.841
Provisão	599	-	115	-	-	-	714	-	714
Atualização monetária / cambial	120	(705)	-	17	71	599	102	2	104
Reversão de provisão	(6)	-	(43)	-	-	-	(49)	(2)	(51)
Pagamentos	(132)	-	-	-	-	-	(132)	(76)	(208)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>5.650</u>	<u>7.993</u>	<u>4.320</u>	<u>24.155</u>	<u>1.377</u>	<u>57.846</u>	<u>101.341</u>	<u>59</u>	<u>101.400</u>

A Administração da Companhia fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas acima.

- a) Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas pela Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações

## Notas Explicativas

trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.

- b) A Companhia propôs medidas judiciais com o objetivo de questionar judicialmente: I) a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998; e II) o aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS. Sobre referidos processos, importante relatar:
- b.1) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança para assegurar o direito líquido e certo de proceder ao recolhimento do PIS nos moldes previstos pela Lei Complementar 7/70 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores em discussão e efetuar a compensação dos valores indevidamente pagos. Em junho de 2007, foi proferida decisão desfavorável ao Recurso Extraordinário que visava a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS, tal como realizado pela Lei nº 9.718/98. Nesta decisão, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) se declarou incompetente para apreciação do pedido de compensação de valores indevidamente pagos da exação, por não se tratar de matéria estritamente constitucional. Contudo, o STF, ainda que incompetente para a análise do mérito, reconheceu bons argumentos jurídicos sustentados pela Companhia. Em 20 de julho de 2007, referida decisão foi publicada. Em 25 de julho de 2007, em face da referida decisão, a Companhia interpôs Agravo Regimental. Em 31 de março de 2012, a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal, a Administração da Companhia registrou provisão no montante de R\$1.944, atualizado até 31 de março de 2012 (R\$1.924 em 31 de dezembro de 2011), a qual possui depósito judicial.
- b.2) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança que assegure o direito líquido e certo de recolher a COFINS nos termos da Lei Complementar nº 70/91 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores controversos (3% sobre a receita financeira e outras receitas, bem como a majoração de 1% sobre o faturamento) e ver suspensa a exigibilidade do crédito tributário dos valores em discussão. Com relação à discussão do aumento da alíquota das contribuições, a Companhia constituiu

## Notas Explicativas

provisão por se tratar de obrigação legal. Em 05 de março de 2007 houve trânsito em julgado com relação ao mérito desfavorável à Companhia. Por esse motivo, os assessores legais da Companhia consideram desnecessária a classificação de perda referente ao mérito.

A partir disso, a Companhia passou a discutir diferenças no cálculo dos valores depositados, haja vista que, segundo cálculos da Companhia, os valores depositados superam o valor do débito. Em 23 de janeiro de 2009, foi publicada decisão intimando a Companhia a se manifestar sobre os cálculos apresentados pela União Federal, o que foi cumprido. Em 31 de março de 2012, a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental.

A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, bem como considerando o trânsito em julgado da decisão, definiu que a probabilidade de reforma da decisão em desfavor da Companhia é remota, em função de permanecer uma controvérsia em relação ao montante depositado, a Administração da AES Tietê mantém registrada uma provisão no montante de R\$ 51.342, no qual possui depósito judicial. A parcela da provisão correspondente à decisão do aumento da base de cálculo da COFINS, no valor de R\$ 11.425, foi revertida em setembro de 2007. Os depósitos judiciais correspondentes a esta parcela continuam registradas na conta “cauções e depósitos vinculados”, em razão de ainda não ter sido autorizado o seu levantamento.

- c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito ex nunc da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão.
- d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
  - d.1) Existem 337 processos de ações cíveis públicas versando sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo

## Notas Explicativas

passivo. O acionamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria através de indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia para 285 demandas, já que as demais 52 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 1.728.

- d.2) Em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a AES Tietê efetive o reflorestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça – UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reflorestamento dentro da área de Concessão da Companhia (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da Companhia (aproximadamente 70 metros). A partir dessa avaliação de risco foi reconhecida provisão de R\$ 2.592 para a efetivação do reflorestamento ainda pendente no Município de Mendonça – UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares). A Administração da Companhia e das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, registrou provisão para os valores das demandas acima referidas.
- e) A Administração da Companhia, com base nos pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Dentre essas há um processo no qual a AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou a operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva re-contabilização repercutir na Companhia, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$ 24.155 (R\$ 24.138 em 31 de dezembro de 2011). Aguarda-se decisão de Primeira Instância.

## Notas Explicativas

- f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada sobre as compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ relativos aos anos de 2001 e 2002, bem como quanto aos débitos de IRPJ de 2003 e 2004 e de CSLL de 2003, os quais não foram homologados pela Receita Federal. As razões da Receita Federal estão baseadas na incerteza quanto à existência dos créditos tributários compensados, pois, no entendimento da Receita Federal, a composição dos créditos tributários informados nos pedidos de compensação não corresponde às informações constantes dos documentos fiscais da Companhia (DIPJ). A soma dos créditos tributários envolvidos nos 5 (cinco) pedidos de compensação mencionados acima perfaz o valor de R\$ 115.816, atualizados até 31 de março de 2012 (R\$ 112.051 em 31 de dezembro de 2011). Atualmente, aguarda-se decisão dos recursos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Contudo, após análise dos assessores legais da Companhia, foi apurado que apenas o montante de R\$ 4.560, atualizado até 31 de março de 2012 (R\$ 4.057 em 31 de dezembro de 2011) representaria um risco efetivo para a Companhia, sendo suas chances de perda classificadas como prováveis.

### 17.2 Litígios e contingências com probabilidade de perda classificada como possível

A seguir apresentamos um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração da Companhia. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgadas em função de seus valores serem irrelevantes. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Controladora	Controladora
	31.03.2012	31.12.2011
Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
Compensações de IRPJ e CSLL	115.816	112.051
Trabalhista - Sindicatos	10.900	10.900
Auto de infração - ágio	112.600	111.300

#### 17.2.1 Recomposição de danos ambientais

Refere-se a 4 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios.

## Notas Explicativas

Em 01 ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a AES Tietê (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. O risco de perda relacionado a essa ação permanece possível.

As demais 3 ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

### 17.2.2 Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, há 5 despachos decisórios pela Receita Federal movidos contra a Companhia, não homologando compensações de tributos federais (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL).

A soma dos valores envolvidos em decorrência dos despachos acima perfaz em 31 de março de 2012 a quantia de R\$ 115.816. Com base na análise de seus assessores legais, a Companhia efetuou provisão no montante de R\$ 4.560 (atualizados até 31 de março de 2012), considerando a probabilidade de perda para a parcela não provisionada como possível.

### 17.2.3 Trabalhista - Sindicatos

Em outubro de 2011 o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo moveu contra a Companhia AES Tietê ação trabalhista pleiteando adicional de periculosidade para todos os empregados lotados no prédio administrativo, Edifício Blue Diamonds (“Brasiliana”). O processo ainda está em fase inicial, com audiência inicial marcada para junho de 2012. A administração, baseando-se em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é classificada como possível, não tendo registrado provisão. O valor do processo estimado é de aproximadamente R\$ 10.900.

## Notas Explicativas

### 17.2.4 Auto de infração - ágio

Em 24 de novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal visando a cobrança de R\$ 112.600 (atualizados até 31 de março de 2012), relativos ao IRPJ e CSLL supostamente devidos em razão da dedutibilidade do ágio registrado pela Companhia na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda.. Vale esclarecer que o ágio deduzido do resultado tributável da Companhia decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A., razão social anterior da Companhia, quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. No exclusivo entendimento da Receita Federal, o ágio registrado pela Companhia não poderia ter sido utilizado, pois a reestruturação societária acima mencionada teria tido a exclusiva finalidade de utilizar este benefício tributário. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou recurso contra a mencionada autuação, o qual ainda aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas como possíveis.

### Cartas de fiança e caução

Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	3	7.709	1.4%
Compra de energia	8	23.430	0,75% a 1,0%
		<b>31.139</b>	

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1 Capital social

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias (equivalente a 197.461.211 ações ordinárias) e R\$2.216.740 em ações preferenciais (equivalente a 183.792.282 ações preferenciais). A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

## Notas Explicativas

De acordo com o parágrafo 6º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado da Companhia é de R\$207.227,0 qual está representado por 381.253 mil ações, sendo 197.461 mil ações ordinárias e 183.792 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, respectivamente.

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - nota explicativa nº. 9 e item 18.2.1 a seguir.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

A seguir está apresentada a composição acionária em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Acionistas	31.03.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35	140.882.909	71,35
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08	150.534	0,08
Outros	56.427.768	28,58	56.427.768	28,58
<b>Total das ações</b>	<b>197.461.211</b>	<b>100,00</b>	<b>197.461.211</b>	<b>100,00</b>

  

Acionistas	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Companhia Brasileira de Energia	59.447.093	32,34	59.447.091
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38	30.107.688	16,38
Outros	94.237.501	51,27	94.237.503	51,27
<b>Total das ações</b>	<b>183.792.282</b>	<b>100,00</b>	<b>183.792.282</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

### 18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	31.03.2012	31.12.2011
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (18.2.1)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (18.2.2)	1.275	1.213
<b>Total</b>	<b>253.639</b>	<b>253.577</b>
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (18.2.3)	1.180.914	1.198.707
<b>Total</b>	<b>1.180.914</b>	<b>1.198.707</b>
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (18.2.4)	41.445	41.445
<b>Total</b>	<b>41.445</b>	<b>41.445</b>
<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>	253.120	253.120
<b>Total</b>	<b>253.120</b>	<b>253.120</b>

18.2.1 A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$ 266.740, dos quais R\$ 59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$ 206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$ 25.618, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasiliana, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. A Companhia Brasiliana de Energia incorporou a Tietê Empreendimentos S.A. e a AES Tietê Participações S.A.

18.2.2 É composta por outorga de opção de compra de ações da AES Corp. aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.14, essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da AES Corp. após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia.

## Notas Explicativas

18.2.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC n.ºs 15 a 40, em 1.º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia e vide detalhes na nota explicativa n.º 3.3. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$ 1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como Tributos e Contribuições sociais diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

18.2.4 Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

### 18.3 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 não foram declarados dividendos intermediários.

## 19. Lucro por ação

### 19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito nota explicativa n.º 18, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

## Notas Explicativas

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2012, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela assembléia de acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 46,33%.

### 19.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011:

	31.03.2012	31.03.2011
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do período	246.244	193.352
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias *	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais *	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171
<b>Denominador ajustado</b>		
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632
<b>Lucro básico por ação</b>		
Lucro básico por ação ordinária	0,6162	0,4838
Lucro básico por ação preferencial	0,6778	0,5322

(\*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados

**Notas Explicativas**Lucro atribuível aos acionistas

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2012	121.671	124.573	246.244
31.03.2011	95.537	97.815	193.352

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador (nota explicativa nº 18.2.1) Companhia Brasileira de Energia (incorporadora da Tietê Empreendimentos S.A. e da AES Tietê Participações S.A.), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 31 de março de 2012 e 2011.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora AES Corp., além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011:

	31.03.2012	31.03.2011
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do período	246.244	193.352
<b>Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias **	202.190	202.190
Média ponderada do número de ações preferenciais **	187.825	187.825
<b>Lucro diluído por ação</b>		
Lucro diluído por ação ordinária	0,6024	0,4730
Lucro diluído por ação preferencial	0,6626	0,5203

(\*\*) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de março de 2012.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2012	121.792	124.452	246.244
31.03.2011	95.631	97.721	193.352

## Notas Explicativas

### 20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	31.03.2012		31.03.2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	2.878.661	499.966	2.525.847	403.757
Contratos bilaterais	153.268	18.223	95.830	12.971
MRE e Spot	1.825.148	50.508	1.011.438	19.234
Outras receitas	-	-	-	15
<b>Receita operacional bruta – Controladora</b>	<b>4.857.077</b>	<b>568.697</b>	<b>3.633.115</b>	<b>435.977</b>
P&D, FNDCT e EPE	-	(5.387)	-	(4.141)
PIS e Cofins	-	(24.606)	-	(17.718)
<b>Receita operacional líquida – Controladora</b>	<b>4.857.077</b>	<b>538.704</b>	<b>3.633.115</b>	<b>414.118</b>
AES Minas PCH Ltda.:				
Contrato bilateral	9.173	1.389	12.541	2.362
PIS e Cofins	-	(56)	-	(86)
Outros	826	142	(235)	(2)
<b>Receita operacional líquida – Consolidado</b>	<b>4.867.076</b>	<b>540.179</b>	<b>3.645.421</b>	<b>416.392</b>
<u>Energia elétrica comprada:</u>				
Contratos bilaterais	131.198	12.102	55.548	7.258
MRE e Spot	984.756	10.342	214.211	3.755
Encargos de transmissão	-	25.596	-	22.135
Encargos de conexão	-	728	-	663
PIS e Cofins	-	(1.757)	-	(1.198)
Outros	-	210	-	317
<b>Total – Controladora</b>	<b>1.115.954</b>	<b>47.221</b>	<b>269.759</b>	<b>32.930</b>
AES Minas PCH Ltda.:				
Energia de curto prazo	368	11	3.997	108
Encargos de transmissão	-	14	-	13
<b>Total – Consolidado</b>	<b>1.116.322</b>	<b>47.246</b>	<b>273.756</b>	<b>33.051</b>

(\*) Dados não revisados pelos auditores independentes.

### 21. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Doações	384	339	384	339
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	663	663	663	663
Seguros	1.741	1.542	1.746	1.550
Ganhos no recebimento de energia livre (nota nº 5)	-	(5.418)	-	(5.418)
Outros Custos	1.569	1.235	1.508	1.249
<b>Total</b>	<b>4.357</b>	<b>(1.639)</b>	<b>4.301</b>	<b>(1.617)</b>

## Notas Explicativas

### 22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras e investimentos de curto prazo	9.674	14.071	9.748	14.218
Operação Banco Santos	-	3.034	-	3.034
Outras	1.544	4	1.546	5
<b>Total</b>	<b>11.218</b>	<b>17.109</b>	<b>11.294</b>	<b>17.257</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.530)	(27.544)	(25.530)	(27.544)
Juros transferidos para o custo das imobilizações em curso	3.832	3.498	3.832	3.498
Outras	(366)	(995)	(459)	(1.100)
<b>Total</b>	<b>(22.064)</b>	<b>(25.041)</b>	<b>(22.157)</b>	<b>(25.146)</b>
<b>Variações monetárias e cambiais, líquidas</b>				
Encargos de uso demais instal. de transmissão – TUSDG	(17)	(1.590)	(17)	(1.590)
Perdas sobre o repasse de energia - Iatipú - nota 17	705	492	705	492
Pesquisa e desenvolvimento	(424)	(676)	(424)	(676)
Outras	179	(1.323)	163	(1.300)
<b>Total</b>	<b>443</b>	<b>(3.097)</b>	<b>427</b>	<b>(3.073)</b>

### 23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle da comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora da Eletropaulo.

Atualmente o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 88% (93% em 31 de março de 2011) do seu faturamento bruto.

## Notas Explicativas

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado a abaixo:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a receber de partes relacionadas		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral	245.788	237.315
	<b>245.788</b>	<b>237.315</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Contas a pagar a partes relacionadas		
Companhia Brasileira de Energia:		
Juros sobre capital próprio	13.189	13.189
AES Sul Distribuidora Gaúcha		
Despacho 288 (nota 17.1 e)	24.155	24.138
	<b>37.344</b>	<b>37.327</b>
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Transações:</b>		
Receita operacional:		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral (nota nº 20)	499.966	403.757
Despesa Operacional		
AES Sul Distribuidora Gaúcha		
Despacho 288 (nota 17.1 e)	(17)	(1.477)

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2012 é de R\$ 173,68/MWh (31 de março de 2011 - R\$ 159,85/MWh).

## Notas Explicativas

### Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011
Benefícios de curto prazo (a)	1.391	1.327
Benefícios pós-emprego (b)	64	61
Outros benefícios de longo prazo (c)	63	53
Pagamento baseado em ações (d)	62	43
<b>Total</b>	<b>1.580</b>	<b>1.484</b>

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

Os valores referentes à pagamento baseado em ações são pagos pela AES Corp, não havendo ônus para a Companhia.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela AES Corp.

## Notas Explicativas

### 24. Instrumentos financeiros

#### 24.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 4;
- b) Investimentos de curto prazo - nota explicativa nº 4;
- c) Revendedores - nota explicativa nº 5.
- d) Contas a receber de partes relacionadas - nota explicativa nº 23;
- e) Cauções e depósitos vinculados - nota explicativa nº 17;
- f) Fornecedores - nota explicativa nº 12;
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados;
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida - nota explicativa nº 13.

#### 24.2 Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão demonstrados a seguir:

		Controladora	
		31.03.2012	
		Valor contábil	Valor de mercado
<b>ATIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		6.806	6.806
Investimentos de curto prazo		403.950	403.950
<b>Total Ativo</b>		<b>410.756</b>	<b>410.756</b>
<b>PASSIVO</b>			
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)		949.645	949.645
<b>Total Passivo</b>		<b>949.645</b>	<b>949.645</b>
		Controladora	
		31.12.2011	
		Valor contábil	Valor de mercado
<b>ATIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		44.469	44.469
Investimentos de curto prazo		395.330	395.330
<b>Total Ativo</b>		<b>439.799</b>	<b>439.799</b>
<b>PASSIVO</b>			
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)		924.173	924.173
<b>Total Passivo</b>		<b>924.173</b>	<b>924.173</b>

## Notas Explicativas

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de I a III, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

	31.03.2012	Nível I	Nível II	Nível III
<b>ATIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6.806	347	6.459	-
Investimentos de curto prazo	403.950	-	403.950	-
<b>Total</b>	<b>410.756</b>	<b>347</b>	<b>410.409</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO</b>				
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	949.645	-	949.645	-
<b>Total</b>	<b>949.645</b>	<b>-</b>	<b>949.645</b>	<b>-</b>
	<b>31.12.2011</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>
<b>ATIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	44.469	391	44.078	-
Investimentos de curto prazo	395.330	-	395.330	-
<b>Total</b>	<b>439.799</b>	<b>391</b>	<b>439.408</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO</b>				
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	924.173	-	924.173	-
<b>Total</b>	<b>924.173</b>	<b>-</b>	<b>924.173</b>	<b>-</b>

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## Notas Explicativas

### 24.3 Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria:

Controladora				
31.03.2012				
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
<b>ATIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.806	-	6.806
Investimentos de curto prazo	-	403.950	-	403.950
Consumidores e revendedores	59.936	-	-	59.936
Contas a receber de partes relacionadas	245.788	-	-	245.788
Cauções e depósitos vinculados	67.440	-	-	67.440
<b>Total Ativo</b>	<b>373.164</b>	<b>410.756</b>	<b>-</b>	<b>783.920</b>
<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	-	-	56.147	56.147
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	-	-	949.645	949.645
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	-	-	27.672	27.672
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.033.464</b>	<b>1.033.464</b>

Controladora				
31.12.2011				
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
<b>ATIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	44.469	-	44.469
Investimentos de curto prazo	-	395.330	-	395.330
Consumidores e revendedores	32.450	-	-	32.450
Contas a receber de partes relacionadas	237.315	-	-	237.315
Cauções e depósitos vinculados	66.653	-	-	66.653
<b>Total Ativo</b>	<b>336.418</b>	<b>439.799</b>	<b>-</b>	<b>776.217</b>
<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	-	-	66.996	66.996
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	-	-	924.173	924.173
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	-	-	27.673	27.673
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.018.842</b>	<b>1.018.842</b>

### 24.4 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros (Controladora)

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a ser mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o *hedge*.

Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

## Notas Explicativas

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de março de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de março de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre o rendimento dos investimentos de curto prazo e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### 24.4.1 Análise dos investimentos e equivalentes de caixa

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Selic / CDI	4,72%	7,08%	9,44%	11,79%	14,15%
<b>Posição em 31.03.2012</b>					
Equivalentes de caixa	6.459				
Investimentos de curto prazo	403.950				

  

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Equivalentes de caixa	CDI	305	457	609	762	914
Investimentos de curto prazo	CDI	19.056	28.585	38.113	47.641	57.169

### 24.4.2 Análise das dívidas

Taxa de Juros nominal	Saldo de principal em 2012 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2012					
		Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
		Queda			Aumento		
		de 50%	de 25%	de 25%	de 50%		
CDI		4,72%	7,08%	9,44%	11,79%	14,15%	
Debêntures - 1ª Emissão	CDI + 1,20% a.a.	900.000	53.790	75.285	96.734	118.183	139.678

(\*) Refere-se ao principal da dívida, sem considerar encargos.

### 24.5 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras. As vendas são efetuadas por meio dos denominados “contratos bilaterais”, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato bilateral vigente é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato bilateral (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

## Notas Explicativas

A Companhia monitora constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda da Companhia.

### 24.5.1 Informações sobre liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

### 24.5.2 Risco de crédito

As vendas de energia são efetuadas para a coligada Eletropaulo (aproximadamente 88% do total da receita bruta) e outros clientes (aproximadamente 12% do total da receita bruta). As vendas para a Eletropaulo estão garantidos pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Eventuais inadimplências nos contratos de venda para os demais clientes, estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

### 24.5.3 Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida para a distribuidora está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2012 - R\$ 173,68/MWh e no trimestre findo em 31 de março de 2011 - R\$ 159,85/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a

## Notas Explicativas

Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e a partir dessa data essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

### **24.5.4 Risco de taxas de juros e indexadores**

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a juros anuais efetivos de 1,37% acima do CDI. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice.

### **24.5.5 Risco hidrológico**

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 89% de geração hidráulica, portanto a falta de água pode gerar um risco sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

### **24.5.6 Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### **24.5.7 Risco financeiro**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

### **24.5.8 Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para o trimestre findo em 31 de março de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## Notas Explicativas

### 24.5.9 Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(949.645)	(924.173)	(949.645)	(924.173)
Caixa e equivalentes de caixa	6.806	44.469	6.874	44.520
Investimentos de curto prazo	403.950	395.330	406.442	397.420
Dívida líquida	(538.889)	(484.374)	(536.329)	(482.233)
Patrimônio líquido	(2.200.382)	(1.954.076)	(2.200.382)	(1.954.076)
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>24%</b>	<b>25%</b>	<b>24%</b>	<b>25%</b>

## 25. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e suas controladas são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas (“UHE”) e nove pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de suas controladas.

## Notas Explicativas

### 26. Seguros

Em 31 de março de 2012, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	29/3/2011	1/4/2012	1.666.200 (*)
Vida em grupo	1/11/2011	1/11/2012	25 X salário
Responsabilidade Civil Geral	1/6/2011	1/6/2012	30.000
Frota veículos - RCF	31/8/2011	31/8/2012	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

(\*) A Companhia renovou a apólice em 01 de abril de 2012. A importância assegurada passou de R\$ 1.666.200 para R\$ 1.780.000.

O escopo dos trabalhos dos auditores não inclui revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### 27. Compromissos e garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas as tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, cuja as tarifas também são homologadas pela ANEEL. A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de março de 2012.

### 28. Eventos subsequentes

#### Aprovação dos dividendos complementares referentes a 31 de dezembro de 2011

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício de 2011, no valor de R\$ 253.120, correspondente a R\$ 0,63 por ação ordinária e R\$ 0,70 por ação preferencial. O pagamento será efetuado em 15 de maio de 2012.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Durante o primeiro trimestre de 2012 e 2011 a Companhia e suas controladas efetuaram pagamentos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 375.389 e R\$ 315.089, respectivamente.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da AES Tietê S.A.  
São Paulo – SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 24 de fevereiro de 2012 e 27 de abril de 2011, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 24 de abril de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2012.

São Paulo, 24 de abril de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares  
Diretor Presidente

Arturo Henrique Gris Lindenthaler  
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor

Sheilly Caden Contente  
Diretora

Cibele Castro  
Diretora

Olivier Robert Jean Marquette  
Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2012.

São Paulo, 24 de abril de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares  
Diretor Presidente

Arturo Henrique Gris Lindenthaler  
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor

Sheilly Caden Contente  
Diretora

Cibele Castro  
Diretora

Olivier Robert Jean Marquette  
Diretor